

O “LEGADO” DE ROMA: ASCENSÃO, DECLÍNIO E QUEDA DA TEORIA DA ROMANIZAÇÃO⁸

Aqueles que não têm tato para apreciar [as publicações clássicas], se amassem seu país, protegê-las-iam dos princípios políticos ... A nação que levar a melhor sobre seus vizinhos tornar-se-á o centro do comércio: o engenhoso e o industrioso procurarão uma subsistência confortável: o habitante multiplicar-se-á e o reino abundará em ricos e, conseqüentemente, em poder. (Ruffhead 1757; citado em Wilson 1989, 23-4)

Introdução

Neste artigo, discutir-se-ão três tópicos relacionados entre si. Em primeiro lugar, explorarei como alguns estudiosos, administradores e políticos britânicos usaram ativamente o Império Romano para ajudar a identificar e a definir suas próprias aspirações e, ao fazê-lo, traçaram um paralelo entre Grã-Bretanha e Roma. Na discussão desse tópico, farei uma breve consideração do trabalho de Francis Haverfield, um pioneiro dos estudos arqueológicos romano-britânicos. Em segundo lugar, mostrarei como alguns estudiosos contemporâneos conservam um conceito positivo acerca da experiência romana, e identificarei algumas das maneiras pelas quais isso afeta a Arqueologia dos dias de hoje sobre Roma. Em terceiro lugar, considerarei algumas idéias que são correntemente promovidas pelos estudos pós-

⁸ Nota da tradução - originalmente publicado como: R. Hingley 1996 'The "Legacy" of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization', in J. Webster and N. Cooper (eds.) *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester Archaeological Monographs No. 3. Leicester: 35-48.

coloniais – idéias que podem começar a sugerir uma necessidade urgente de mudanças nos estudos sobre Roma. Considerarei, também, o que essas mudanças podem envolver.

Ao discutir esses três tópicos, adotarei uma abordagem que é polêmica em seu estilo. Um estudo de tal tipo deve visar a respeitar uma acuidade histórica, mas, ao propor uma linha forte de argumentação, ele não busca a completude historiográfica (Fabian 1983, 38).

Traçando paralelos entre Grã-Bretanha e Roma

Uma série de autores tem discutido os modos pelos quais povos e nações valem-se do passado a fim de ajudá-los a identificar seu próprio lugar no presente (e.g. Hobsbawm e Ranger [eds.], 1983; Lowenthal, 1985; Hewison, 1987; Hodder [org.], 1991). Neste capítulo, tenciono examinar alguns dos modos pelos quais os britânicos usaram a imagem da Roma clássica para identificar e fundamentar suas próprias nacionalidade e expansão (ver também Hingley, 1995). Esse processo de se valer do passado para informar o presente pode considerar-se que é circular em sua essência, assim como, ao se valer do passado, os indivíduos seletivamente o apropriam e o reinventam.

A imagem de Roma nos períodos medieval e moderno foi, em parte, produto do contexto histórico em que se estudou Roma. Yates discutiu como os imperadores e os reis de toda a Europa medieval viam o Império Romano como um símbolo de poder, união e paz. Vários líderes políticos, de Carlos Magno e Carlos V do Sacro Império Romano até Elizabeth I da Inglaterra, valeram-se da imagem de Roma dessa maneira (Yates, 1975). No contexto inglês, o *Britannia* de Camden (publicado pela primeira vez em 1586) forneceu um relato detalhado dos monumentos romanos e da história da Grã-Bretanha. Piggott argumentou que parte das motivações de Camden serviu para ajudar a estabelecer a Inglaterra como um dos membros da associação de nações que retiravam sua força e sua identidade do Império Romano (1975: 57-9). O trabalho de Camden apareceu na época tanto do envolvimento da Inglaterra no movimento da Renascença, quanto das tentativas dos estudiosos ingleses de associar Elizabeth com as imagens clássicas, fortalecendo, através disso, sua imagem como uma soberana, ao mesmo tempo, britânica e imperial (Yates, 1975). Políticos e outros continuaram a valer-se do paralelo com Roma nos séculos seguintes. Associações foram estabelecidas (ou reivindicadas), por exemplo, entre o sistema republicano romano e a constituição política

britânica, entre suas respectivas tradições arquitetônicas e nos modelos de jardinagem panorâmica (Turner 1989: 65-70).

Durante o fim do século XIX e o início do XX, o paralelo traçado entre os impérios da Grã-Bretanha e de Roma reinventou-se e redefiniu-se. Os modelos clássicos compreendiam um elemento importante na rede complexa do pensamento vitoriano e eduardiano (Harris, 1993). Durante o século XIX, conceitos helenísticos continuaram a ser usados para ajudar a definir um âmbito de conceitos políticos, de atividades sociais e de estilo arquitetônico. Existia também uma imagem rival, que identificava a ascensão e a queda de Roma como um ponto de referência recorrente para a eficácia britânica, para o Império britânico e para o futuro declínio britânico (Hynes, 1968: 24-7; Harris, 1993: 247-8). Essa imagem de Roma era importante não só para os antigos etonianos que dominavam o Parlamento, mas também para os administradores imperiais e para os professores escolares (Betts, 1971: 158; Harris, 1993: 247-8); isso se tornou cada vez mais importante no início do século XX (Turner, 1989: 75).

Argumentei, em outro lugar, que alguns eduardianos chegaram a valer-se de Roma como uma forma de identificação do projeto imperial da Grã-Bretanha (Hingley, 1995); no entanto, algumas distinções são aqui exigidas. Primeiro, apenas alguns aspectos do modelo imperial romano foram tidos por relevantes e a maioria dos autores britânicos, que concebeu um paralelo entre os sistemas imperiais britânico e romano, foi extremamente crítica da natureza despótica da governança dos imperadores romanos. O Império Britânico foi considerado bastante superior em termos políticos (Haverfield, 1905: 183; Betts, 1971), e, em geral, concordou-se que havia uma associação política mais próxima entre a Grã-Bretanha e a República Romana que entre a Grã-Bretanha e o Império de Roma (Haverfield, 1911: xviii; Turner, 1989: 63; e Jenkyns, 1992: 4).

Segundo, é evidente que os britânicos não se supunham descendentes dos romanos num sentido genealógico. Alguns autores, no entanto, consideraram que a Grã-Bretanha compartilhava um projeto moral com Roma. Roma foi fundamental na disseminação da civilização clássica por uma ampla área da Europa dos dias de hoje e por partes do norte da África. Paralelamente, os britânicos assumiam que eles estavam levando a forma mais desenvolvida da civilização européia para o seu Império em constante expansão (Turner, 1989: 61).⁹

⁹ Francis Haverfield era, de fato, muito mais cosmopolita que alguns dos seus contemporâneos (provavelmente como um resultado das doses de relação com os estudiosos continentais,

Uma série de autores traçou uma associação particular entre Grã-Bretanha e Roma, no período entre 1899 e 1914.¹⁰ Esses vitorianos e eduardianos abrangem desde administradores e políticos, tais como lorde Cromer, até especialistas em educação, tais como J. C. Stobart, e acadêmicos, como Haverfield. Alguns trabalhos publicados argumentavam que a história de Roma fornecia “moralidade” aos britânicos numa época de particular pressão internacional. Por exemplo, o conde de Cromer tinha a esperança de procurar, “na história da Roma imperial, alguns fatos e comentários... que pudessem servir ao império moderno de que temos, com justiça, orgulho” (citado em Brunt, 1964-5: 267). As razões para o suposto paralelo que esses autores traçaram são complexas, e discutirei, aqui, apenas dois pontos. Em primeiro lugar, a natureza clássica do sistema educacional claramente teve um impacto profundo nas maneiras como os britânicos viam o mundo (Cross, 1968: 35; Betts, 1971; Bowler, 1989: 44; Turner, 1989: 63). Os homens da elite dominante e da classe média-alta eram educados num sistema público de ensino no qual a língua e a literatura clássicas formavam os elementos básicos do currículo. Conceitos greco-romanos – em particular, a importante noção romana de *gravitas* – desempenharam um papel fundamental na formação

incluindo Mommsen - ver Freeman, 1996). Ele atribuía um valor diferente à civilização européia como um todo, tendo-a por descendente direta da civilização romana. O ponto de vista de Haverfield se expressa em várias obras. Por exemplo: “O homem que estuda o sistema de fronteiras de Roma estuda não só uma grande obra, mas aquela que nos deu toda a Europa ocidental moderna” (Haverfield, 1911: xix). E: “Assim como a importância da cidade de Roma decaía na medida em que o mundo se tornava sem-Roma, uma grande parte do mundo tornava-se romano” (Haverfield, 1905: 186).

¹⁰ Trabalhos relevantes que traçam um paralelo entre os Impérios Britânico e Romano incluem: Churchill, 1899; Mills, 1905; Baden-Powell, 1908; Cromer, 1910; Haverfield, 1911; Lucas, 1912; Stobart, 1912; e Bryce, 1914. Inúmeros autores modernos têm fornecido uma variedade de pontos de vista diferentes sobre esses escritores do fim do período vitoriano e os do período eduardiano; ver, por exemplo, Brunt, 1964-5; Hynes, 1968: 15-53; Betts, 1971; Wells, 1972: ix-x; Hingley, 1991; Jenkyns, 1992; Laurence, 1994; Majeed, por aparecer; Freeman, 1996. Estudiosos contemporâneos têm feito observações parecidas sobre o valor dos estudos da Bretanha romana para a compreensão do período moderno. Por exemplo, G. Webster, num estudo da revolta de Boudica, sugeriu que: “Se pudéssemos compreender de maneira mais completa os fatores por trás da revolta, e, em especial, a atitude do governo romano, estaríamos numa posição muito melhor para avaliar a política atual... arqueólogos e historiadores podem oferecer suas contribuições para o entendimento dos nossos problemas do presente, ao mostrar como seqüências históricas em ritos e lugares diferentes concorrem em tão próximo paralelo” (Webster, 1978: 132).

do caráter do *gentleman* (Mason, 1982: 22).¹¹ Durante o período eduardiano, o papel da educação clássica começou a ser contestado por alguns grupos inesperados (e.g. Haverfield, 1911: xi-xiv), mas permaneceu fundamental em algumas escolas públicas até bem recentemente.

Em segundo lugar, é digno de nota que o paralelo com Roma foi usado justamente no momento em que os britânicos encaravam um sério desafio militar e político proveniente da Alemanha (Hynes, 1968; Reynolds, 1991). Um mito inglês de origem, estabelecido no século XVI, acentuava a descendência teutônica, ou anglo-saxã. Esse mito enfatizava a superioridade inerente dos povos germânicos e a liberdade das instituições político-religiosas que supostamente brotaram dessa fonte germânica (MacDougal, 1982: 1-3; Keynes and Lapidge, 1983: 48). Por todo o século XIX, a Grã-Bretanha manteve uma posição internacional sem desafios e completamente segura tanto no mar, quanto em suas aquisições coloniais (Reynolds, 1991: 9), e, no auge do imperialismo vitoriano, muitos consideravam que o triunfo da Inglaterra brotava de sua inquestionável herança anglo-saxônica. O declínio do mito anglo-saxão, no início do século XX, espelha a ascensão política da Alemanha (Bowler, 1989: 117). A idéia de que a fonte da suposta independência política britânica recaía sobre antiga cultura germânica tornou-se indefensável, em vista da crescente consciência das aspirações expansionistas do Imperador Guilherme (MacDougal, 1982: 128-9).

Essa pressão internacional também forçou os britânicos a olharem seriamente para a eficiência de seu império, e uma das razões pelas quais o paralelo romano tornou-se atrativo durante os primeiros anos deste século. Considerava-se que o paralelo romano fornecia moralidade e lições ao próprio império britânico a partir de considerações filosóficas de conceitos tais como império, eficiência e administração (Betts, 1971; Turner, 1989: 75; Hingley, 1995). Afora isso, no entanto, o paralelo romano foi empregado para definir uma linha de continuidade no desenvolvimento cultural europeu desde o passado clássico até o presente (Turner, 1989: 61). Ao operar desse modo, é possível que se tenha provido os eduardianos de uma bem-vinda sensação de segurança e de estabilidade num mundo cada vez mais agitado.

¹¹ É evidente que se usaram os paralelos gregos e romanos num conjunto de formas muito diferentes durante os séculos XIX e XX, e eles podem ser vistos, em certa medida, como imagens rivais (Turner, 1989; Freeman, 1996). Esse tema, no entanto, não será discutido aqui.

Não estou sugerindo que uma transformação uniforme e dramática – desde o mito de origem predominantemente germânico, característico do período que vai de meados a até o fim do vitorianismo, para a concepção eduardiana de um paralelo romano-britânico – ocorreu na opinião pública e intelectual. É evidente que não havia algo como uma atitude universal vitoriana ou eduardiana (Hynes, 1968; Harris, 1993), mas conceitos conflitantes acerca da origem nacional¹². No universo do pensamento político-social, no entanto, a imagem de Roma começou a se auto-reafirmar sobre as da Alemanha e da Grécia, durante os primeiros quinze anos deste século. O desenvolvimento desse interesse político pelo paralelo romano sugere que os estudos romano-britânicos se originaram como uma disciplina moderna num momento particularmente apropriado da história da Grã-Bretanha moderna.

Vários trabalhos recentes identificaram Francis Haverfield como o fundador dos estudos modernos (e.g. Potter, 1986; R. Jones, 1987: 87; Hingley, 1989: 2). A natureza e o contexto do trabalho de Haverfield tornaram-se, recentemente, um tema de pesquisa para uma série de autores (e.g. Hingley, 1991, 1995; Freeman, 1991, 1993, 1996; Laurence, 1994). Rick Jones afirmou que o trabalho de Haverfield, *A romanização da Bretanha romana* – publicado, pela primeira vez, em 1906, na forma de uma conferência, mas expandido e republicado como livro em 1912, continha uma estrutura acalorada para trabalhos futuros, estabelecendo a agenda dos estudos romano-britânicos pelos sessenta anos seguintes (1987: 87). *A romanização da Bretanha Romana* compreendeu o trabalho mais importante de Haverfield, mas, a fim de identificar algo de sua possível motivação, precisamos voltar-nos para uma conferência anterior, a saber, *Discurso inaugural proferido diante do primeiro congresso geral anual da Sociedade [romana]* (Haverfield, 1911). Essa conferência de 1911 coloca Haverfield entre os estudiosos que advogavam pelo especial valor moral que os estudos sobre Roma tinham para os britânicos. Ele afirmou que:

Os métodos pelos quais Roma incorporou, desnacionalizou e assimilou mais da metade dos seus vastos domínios, além do sucesso de Roma, talvez involuntário, mas completo, no espriar sua cultura greco-romana

¹² Um mito celta de origem foi, sem dúvida, usado como alternativa por outras facções na Grã-Bretanha durante o período em discussão.

por mais de um terço da Europa e por parte da África, concernem, de diversas maneiras, a nosso próprio Império ... Mesmo as forças que botaram o Império Romano abaixo concernem, muito de perto, ao mundo moderno... (Haverfield, 1911: xviii)

O esqueleto da análise de Haverfield, assim como se delineou tanto em sua conferência de 1911, como no *A romanização da Bretanha romana*, inclui dois aspectos que, conforme argumentei em outro lugar, condicionaram a história da pesquisa no século XX (Hingley, 1991: 92): o estudo da incorporação e assimilação/desnacionalização. Em seu artigo de 1911, bem como na republicação de 1915 de *A romanização da Bretanha Romana*, Haverfield identifica de forma clara esses dois aspectos ao argumentar que os esforços dos romanos tomaram duas formas: a defesa da fronteira e o desenvolvimento da civilização das províncias durante a obtenção da paz (1911: xviii-xix; 1915: 10).

Haverfield tinha um interesse real pela defesa da fronteira, como ilustra seu trabalho arqueológico no norte da Grã-Bretanha no início deste século. Ele organizou escavações no norte da Grã-Bretanha e, em 1915, tornou-se presidente da *Sociedade Arqueológica de Cumberland e de Westmoreland*. Seus trabalhos publicados contêm relatos da política fronteiriça romana, por exemplo:

No período romano, a região (ao redor do forte Ambleside) era uma confusão de colinas nas quais montanhese selvagens desafiavam os modos romanos. Roma não podia deixá-los sozinhos. Borans [campo em que fica o forte], então, era um ponto estratégico numa fronteira distante, uma espécie de Chitral ou de Gilgit... As lições futuras são, na maioria e principalmente, questões militares. Elas dizem respeito a problemas tais como os que ainda temos de encarar na defesa de nossa própria fronteira no nordeste da Índia e, até, na proteção de nossa própria costa na Grã-Bretanha. (Haverfield, 1911: 433-5)

O trabalho principal de Haverfield, no entanto, tratava da assimilação da província. Ele estabeleceu um modelo para o processo de mudança progressiva, “romanização”, que tem muito em comum com os conceitos de “progresso” e de “desenvolvimento”, próprios do século XIX e do início do XX (Hingley, 1995). Esse conteúdo moral positivo da missão imperial romana é inerente à visão em que algumas fontes romanas são tomadas, mas isso

também se coaduna em muito com as atitudes paternalistas dos contemporâneos de Haverfield diante da dominação e do controle dos nativos dentro de seu próprio império. Haverfield visualizou a *romanização* como direcional e progressiva, o processo pelo qual os grupos sociais nativos da Bretanha romana tornaram-se progressivamente “romanos”. A conquista e *romanização* do Império Romano tinha igualmente um conteúdo moral positivo: “Os homens do Império trabalharam pela melhora e pela felicidade do mundo” (Haverfield, 1915: 10). O pressuposto de que os nativos desejavam se tornar romanos, ou mais romanos, é defendido como sendo a motivação subjacente à transformação gradual da cultura material, na província, de nativa a romana, durante todos os três séculos e meio de dominação romana (ver Hingley, 1995).

É notável, para o tema mais amplo dos estudos acerca da Grã-Bretanha imperial, que Haverfield não tenha sido o único estudioso a se interessar pela difusão progressiva da civilização romana por todo o Império britânico. Betts sugeriu que uma série de autores do fim do período vitoriano e do período eduardiano, entre os quais estavam o conde de Cromer e C. B. Lucas (Cromer, 1910: 77; Lucas, 1912: 99), sentia que Roma havia se destacado naquilo que se poderia intitular, hoje, de “relações raciais” (Betts, 1971: 156-7). Que Haverfield sentia que esse tópico dava uma lição para seus contemporâneos, isso provavelmente fornece uma explicação pelo seu interesse.

A ascensão do conceito de *romanização*

Novas abordagens sobre a Bretanha romana têm sido desenvolvidas nos últimos setenta anos, particularmente sob a influência recente de uma nova geração de estudiosos que se escolizou durante e a partir do declínio do império dos próprios britânicos. A romanização deixou de ser vista como uma forma de progresso moral e social, mas sim vista à luz do desenvolvimento, ou aculturação, pelo qual a sociedade nativa, de imediato, adotou a cultura “romana” (Millett 1990a; 1990b; R. Jones 1991; Woolf 1992; Hanson 1994). Em vários desses estudos, aceita-se que a sociedade nativa adotou novas idéias e fez uso delas sob circunstâncias de transformação.

Millett argumentou que a elite das províncias ocidentais adotou símbolos materiais romanos para reforçar sua posição social, identificando-se com Roma (1990b: 38). Esse modelo de mudança dá a impressão de ser muito útil no contexto da teoria contemporânea da estrutura política do Império romano.

Acreditamos que a administração provincial assumiu, onde fosse possível, o controle da organização “tribal”, preexistente e nativa, para formar as bases das novas províncias; utilizou-se da elite nativa para construir as novas *ciuitates*, recolher impostos e fazer funcionar o conselho tribal (e.g. Garnsey 1978; Garnsey and Saller 1987). De acordo com Millett, novas idéias percorreram de cima a baixo a hierarquia social por um processo de emulação: “A emulação progressiva desse simbolismo, atravessando de cima a baixo a hierarquia social, era autogerada [,] encorajando outros grupos dessa sociedade a aspirar ao que fosse romano, e, por meio disso, expandindo a cultura” (Millett 1990b: 38). Segundo essa teoria, a cultura material romana – de cidades e casas rurais até moedas, cerâmicas e broches – expandiu-se nesse processo através da sociedade, assim como produziu novas crenças, línguas e atitudes (Millett 1990a). Essa teoria básica constitui o pano de fundo do conceito que Hanson descreveu como a “nova ortodoxia” nos estudos romano-britânicos (1994: 149).

Declínio e queda do conceito de *romanização*?

O que há de errado com essa abordagem? Se assumirmos que a natureza do estudo da Bretanha romana no passado tem sido, em parte, determinada pelo contexto da sociedade em que se desenvolveu tal estudo, o potencial das análises pós-coloniais torna-se evidente (ver Hingley 1995). Isso não quer dizer que precisamos remodelar nossos modelos interpretativos a respeito do Império romano para ajustar as críticas pós-coloniais da natureza e da influência de qualquer império ocidental particular. Além disso, como um grupo de estudiosos pós-coloniais argumentou, não há uma cultura colonial única e coerente (e.g. Spurr 1993, 1; Slemon 1994, 31; Thomas 1994). Trabalhos cuja análise é pós-colonial podem permitir-nos, todavia, ver e considerar as perspectivas que motivaram os estudos passados e, também, sugerir esquemas amplos para novas formas de compreensão.

Quais elementos do estudo pós-colonial poderiam servir-nos na reconstituição da arqueologia romano-britânica? Apontei três aspectos inter-relacionados: a) as tentativas dos estudiosos pós-coloniais para des-centrar as pesquisas; b) relatos recentes que mostram uma gama complexa e variada de respostas ao contato colonial; c) trabalhos que sugerem oposições, tanto manifestas quanto escondidas, à dominação dos poderes coloniais.

Des-centrando

Trabalhos de teoria pós-colonial ilustram a variedade de visões relativas à situação colonial ou imperial tanto da parte dos povos nativos quanto dos membros dos poderes colonizadores. Eles ilustram, igualmente, a primazia concedida, no discurso colonial, às visões dos poderes imperiais dominantes (ver, por exemplo, Fanon 1961; Fabian 1983; Spivak 1993 (1988); Said 1978, 1993). A agenda de grande parte da literatura pós-colonial dá a impressão de estabelecer imagens alternativas da situação colonial; imagens que diferem das produzidas pelas sociedades imperiais.

Nos estudos do Império romano, a perspectiva dominante a respeito da *romanização* deriva do trabalho de Haverfield, mas inclui também o de Millett. O trabalho desse último sugere um processo ilustrado em que indivíduos bem-intencionados das elites imperial, tribal e local gentilmente demonstravam as vantagens dos novos costumes aos interessados da sua parentela, de seus clientes e de seus escravos, e permitiam – até mesmo encorajavam – mudanças voluntárias em seus modos de vida. Ele sugere, ademais, um contexto em que cada pessoa da sociedade – do humilde camponês ao poderoso senhor – tinha igual interesse em manter, ativamente, o império. Considerou-se, então, que mudanças na cultura material eram direcionais e que tinham resultado de um desejo, da parte dos provinciais, de se tornarem romanos.

É possível ser essa abordagem correta no contexto do Império romano? Se é verdade que o relato da romanização da Bretanha feito por Millett compartilha um mesmo esqueleto analítico com o estudo anterior de Haverfield (Freeman 1993; ver também Hingley 1995), significa, por conseguinte, que a explicação dominante para a mudança – *romanização* – é o desenvolvimento de idéias derivadas a partir de conceitos morais de progresso, no universo do próprio império dos britânicos (Hingley 1995).

Há certa evidência de que a administração romana encorajou ativamente a elite tribal a adotar a educação romana (Garnsey 1978; Hanson 1994), do mesmo modo que os britânicos, mais tarde, fariam com as elites nativas no interior de seu próprio império. Idéias podem ter percolado, de cima a baixo, a partir da elite tribal até os outros membros da tribo. Em relação à não-elite, no entanto, os estudos sobre Roma estão abarrotados com conceitos de progresso considerados espúrios pelos escritores pós-coloniais (e.g. Fabian 1983; Ashcroft, Griffiths and Tiffin (eds.) 1989; Said 1993; Thomas 1994).

Muitos administradores, tanto do período vitoriano tardio quanto do eduardiano, argumentavam que o propósito moral dos britânicos era o de levar o progresso e a liberdade aos nativos em suas colônias. Essa missão civilizadora, ou cruzada moral, também foi pensada, provavelmente, como uma forma de melhorar a visão de mundo dos povos com um todo, e imaginava-se que Roma tinha conseguido realizar um propósito moral semelhante. Devido ao paralelo, profundamente sustentado, entre os Impérios romano e britânico, a nossa própria história imperial compeliu vários autores a ver a presença imperial romana (ou “missão”) numa perspectiva positiva.

A maioria dos escritores britânicos acadêmicos costuma, agora, considerar as visões de muitos comentadores, tanto do fim da era vitoriana e quanto do período eduardiano, como ridiculamente unilaterais em relação ao nosso próprio Império. Embora certas passagens da própria obra de Haverfield possam parecer “impalatáveis” para um auditório atual (Freeman 1991: 102), eu argumentaria que nossas teorias têm-se reciclado apenas com alguns aspectos da terminologia renovada; ainda não levamos a cabo o repensar radical exigido para os estudos sobre Roma¹³.

Nos últimos tempos, estudiosos viram a sociedade nativa como tendo uma cultura material “romana” forçada ou modificada (Hanson 1994). Assim, os nativos tinham algum papel no processo de mudança dentro do Império romano. Conceitos foram adotados e adaptados para se adequarem às necessidades nativas, em especial, às das elites tribais. O modelo dominante ainda sugere, no entanto, que, durante o processo de mudança, a sociedade nativa romano-britânica foi, em grande parte, passiva: idéias e deuses romanos foram granjeados, angariados e imitados, porque eram vitais aos indivíduos na criação e na manutenção do seu *status*, real ou imaginário, a partir da emulação dos grandes e dos bons. Os nativos adotaram uma maneira amplamente “romana” de fazer afirmações acerca do poder pessoal e da identidade social.

Existem abordagens que atribuem um valor prático distinto aos novos (chamados “romanos”) itens da cultura material e que denigrem a cultura nativa. Por exemplo, a sugestão de Freeman de que os novos tipos de cerâmica,

¹³. Como Fabian argumentou em relação ao estudo da antropologia social, a disciplina acadêmica conecta-se ideologicamente à economia política do imperialismo ocidental. Não se pode simplesmente negar essa conexão, arrependendo-se dos modos dos nossos predecessores: somos obrigados a repensar a própria natureza de nossa disciplina (Fabian 1983: 96).

confeccionados em forma redonda, foram adotados pelos nativos, por causa de sua superioridade tecnológica em relação à louçaria (1993: 444), ignora tanto o fato de que vários tipos dos potes chamados “romanos” derivavam, pelo menos em parte, de protótipos nativos, quanto ignora, além disso, o papel ativo da sociedade nativa em determinar a função, o valor e o papel de suas próprias posses (ver Rubertone 1989: 37, para uma situação comparável). Indivíduos, no interior de uma sociedade, negociam e resistem a certas representações de superioridade/inferioridade, e erigem contra-argumentos (e.g. Jones 1994). Assim, dentro de um conjunto limitado de idéias e de experiências, eles definem parcialmente seus próprios conceitos de superioridade, ao mesmo tempo em que se relacionam com itens tais como a forma e a função de um determinado pote, ou com a imagem de um tipo particular de construção.

As abordagens dominantes criam, da mesma forma, uma reificação do conceito de “romano”. Elas sugerem que a idéia de “Roma” (e as de cultura material romana e de romanização) tem certa existência objetiva e real no tocante à conquista e ao controle da Bretanha romana. Como Freeman ressaltou (1993), essas abordagens sugerem que há um fenômeno tal como uma cultura material “romana”. De fato, vários itens materiais que são tomados como índice de “romanização” não provieram de Roma, mas de outras áreas do Império. Isso é verdade, por exemplo, no caso da cerâmica produzida na Gália romana (incluindo a cerâmica de *Terra Sigillata*) e das louças finas da Bretanha romana. Afora isso, pode-se ver elementos intitulados de “romanos” diferirem em natureza, contexto e significado através de Império romano, conforme é o caso das *uillae* e das construções públicas tais como o fórum e o anfiteatro.

Um estudo des-centrado do Império romano deveria considerar as diferentes maneiras pelas quais se utilizaram idéias e conceitos no interior das *ciuitates*, das províncias e através do império. Não devemos assumir que se desenvolveu uma imagem única e padronizada de “romano”. Não havia um pacote unificado de cultura material romana (Freeman 1993) nem o conceito de “romano” é uma categoria segura sobre a qual se podem basear análises de mudança.

Complexidade da resposta e da oposição

Alguns trabalhos recentes de teoria sociológica, antropológica e arqueológica sugerem que o processo de mudança em várias sociedades é

muito mais complexo do que dão a entender os modelos existentes a respeito da romanização. Por exemplo, deveríamos considerar oposições ativas aos novos métodos de controle (ver, por exemplo, os artigos em McGuire e Paynter (eds.) 1991, e Layton (org.) 1989). Estudiosos do Império romano argumentam com frequência que, assim que novas províncias tinham sido conquistadas e pacificadas, oposições ao controle romano eram raras e, quase sempre, em pequena escala. Trata-se, certamente, no geral, da impressão que as fontes literárias clássicas deixam em nossas cabeças. Afora certas revoltas, mais frequentes no início de suas histórias, considerou-se que as províncias se estabeleceram pacificamente nos territórios pró-romanos.

A dificuldade em acreditar nessa visão decorre do fato de que as fontes literárias romanas foram escritas a partir de um ponto de vista particular (ou de um conjunto de visões relacionadas), e não temos as opiniões dos que estavam sujeitos ao imperialismo romano. Na Bretanha, a sociedade pré-romana, assim como mais da metade do império ocidental restante, era iletrado. Os que puderam, dentro da Bretanha romana, produzir textos escritos que chegaram até nós (ao autorizar inscrições ou ao escrever em tabuinhas) são também, provavelmente, pessoas beneficiadas diretamente pelo império.

Numa revisão de estudos sobre o contato colonial na América, Paynter e McGuire (1991) argumentaram que nem todas as formas de oposição precisam ser manifestas. Esses autores delinearão um programa de pesquisa que, ao incluir a análise da dominação e da resistência, parece muito atrativo para o contexto da Bretanha romana. A base da argumentação deles é que, na relação entre os autóctones índios americanos, os importados escravos africanos e os ocidentais, a resistência, embora não expressa na literatura, pode, às vezes, ter sido criada ou refletida por meio do comportamento e da cultura material.

Onde está a evidência indicadora de que houve resistência ativa ao processo de mudança por meio da criação da cultura material? Como Sian Jones demonstrou no seu doutorado (1994), os modos pelos quais foram reunidos nossos dados fundam-se sobre certas crenças e pressupostos que distorceram a informação disponível e que tornam um reinterpretação muito difícil. Por exemplo, os métodos de coleta e de análise de artefatos baseiam-se no pressuposto de que estilos parecidos são da mesma data, ao passo que estilos deferentes diferem na data. Essa abordagem enfatiza a homogeneidade e ignora a variabilidade (Jones 1994: 106-8).

Além do mais, conforme argumentei em outro lugar, a comunidade arqueológica concentrou-se na escavação de casa e de assentamentos da

elite e quase que ignorou as moradias dos aparentemente menos ricos. Isso torna difícil o estudo dos grupos não pertencentes à elite (1991). É possível que ações sutis de resistência à administração romana e à elite tribal se valessem de conceitos da identidade passada. Como podemos desafiar o modelo progressivo de romanização delineado por Haverfield, Millett entre outros, se não escavamos as moradias dos pobres e dos não-poderosos e se ignoramos as estruturas e os achados do período romano que se mostram “arcaicos” (Hingley no prelo)?

Aqui encontramos outro problema, uma vez que nossas próprias definições de riqueza e de pobreza baseiam-se na abordagem determinista, progressiva de romanização, a qual, por sua vez, baseia-se em pressupostos sobre nossa própria sociedade. Conforme tentei mostrar em *Assentamento rural na Bretanha romana* (Hingley 1989), nem todas as famílias ricas escolhiam as *uillae* com intuito de simbolizar o controle sobre a riqueza excedente. Pode ter havido outras maneiras menos manifestas ou arqueologicamente menos óbvias pelas quais se manifestava o poder tais como o controle das festas ou do ritual. Algumas dessas opiniões não foram examinadas, provavelmente, por causa dos modos conscientes e inconscientes pelos quais a existente estrutura de poder acadêmica polícia a pesquisa, dirigindo as idéias das pessoas em determinadas direções.

Precisamos, também, pensar sobre outros conceitos que nos são familiares. Embora a memória popular local possa ser duradoura, os conceitos do que era romano e do que era nativo devem ter variado em toda a sociedade no momento da conquista – os conceitos de identidade popular não devem ter sido homogêneos ou padronizados. Ademais, tais idéias devem ter mudado dramaticamente em grande parte da província entre os anos 43 e 410 d.C. Não é necessário assumir que a resistência às tentativas da elite em ampliar seu controle sempre envolveu o uso de símbolos materiais nativos (*i.e.* pré-romanos; Hingley, no prelo). De fato, os conceitos de “romano” e de “nativo” exigem uma vasta apreciação crítica (Jones 1994; Hingley, no prelo).

A maioria dos indivíduos dentro de uma sociedade é capaz de dominar outros, e todos os indivíduos são, eles próprios, dominados. Por isso, a elite nativa tribal provavelmente não deve, apenas, ter adotado novos conceitos a fim de simbolizar suas relações com aqueles que dominaram ou desejaram dominar; eles podem, além disso, ter reagido em oposição a outros pelos quais eles eram dominados. De mesmo modo, até os pobres podem pretender demonstrar seu poder sobre os outros ao adotar novas idéias e materiais.

Não deveríamos substituir um modelo simplista que mostra a cultura material se espalhando por toda a sociedade por meio da emulação, por um outro que apresenta a criação e a adoção da cultura material pela não-elite como o simples resultado da confrontação aos dominadores pró-Roma. Podemos de fato esperar uma situação muito mais complexa, com emulação e oposição operando de um modo variado.

Uma arqueologia realista a respeito da Bretanha romana pode, por isso, aceitar a teoria de que indivíduos e comunidades adotavam ativamente novos símbolos e idéias para criar ou manter o controle das relações de poder; mas, ao mesmo tempo, ela pode opor-se a isso com uma segunda teoria: comunidades e indivíduos dominados reagem às tentativas de dominá-los por meio de atos de oposição que tinham correlatos materiais.

Conclusão

Com base no que se disse acima, é possível propor os pontos que seguem.

Esperamos por modelos menos deterministas para explicar a mudança na cultura material e na sociedade romano-britânicas. É evidente que os indivíduos tinham a sua disposição escolhas variadas na resposta à situação imperial. A conquista ofereceu novas oportunidades para alguns membros da elite no tocante à dominação e ao controle social, mas deve ter representado uma ameaça à liberdade e à segurança de alguns produtores agrícolas. Por outro lado, alguns membros da elite podem, por vezes, ter se sentido ameaçados pelas mudanças sociais e o exército romano, sem dúvida, ter proporcionado, para alguns homens nativos, uma válvula de escape ao penoso trabalho na agricultura.

Não podemos, em particular, esperar que toda a população nativa reagiu da mesma maneira à conquista romana da Bretanha. Os processos de mudança devem ter incluído interações complexas e contínuas provenientes de várias influências. Precisamos considerar mudanças e continuidades em conjunto com o pano de fundo das diferenças de poder, riqueza, geração, gênero, identidade e regionais.

Precisamos livrar-nos do pressuposto de que a cultura material “romana” era tecnologicamente superior àquela anterior à conquista. Novos conceitos e objetos podem ter sido, em certas situações, mais convenientes, mais poderosos ou mais acessíveis, mas os indivíduos, no interior da sociedade, devem ter tido certa habilidade para resistir a certas representações

de superioridade, ao estabelecerem posturas contrárias. A mudança não deve ter sido simples e direcional.

O que se deseja é uma compreensão mais refinada do que significavam as velhas e novas idéias dentro da sociedade provincial romana. Discussões atuais do processo denominado “romanização” não mencionam essas questões. Elas permanecem implicadas nos pressupostos do progresso linear a partir do simples ao complexo. Assume-se que Roma e sua influência foram tanto mais avançadas quanto mais progressistas e que, por conseguinte, os nativos mais avançados e mais progressistas foram os que mais se apropriaram disso. Trabalhos recentes sobre comunidades contemporâneas indicam que esse ponto de vista deriva do pressuposto de que há apenas uma maneira correta de se comportar, além de um progresso linear desde a sociedade primitiva até o mundo moderno (Fabian 1983), e pressupõe, ainda, que no processo de mudança pelo qual as sociedades passam ao longo do tempo, Roma aproximou-se do ideal. Em minha opinião, esse ponto de vista está baseado sobre uma premissa incorreta e é hora de colocá-lo em xeque e substituí-lo efetivamente.

Agradecimentos

Sou muito grato ao Dr. J Majeed e a Phil Freeman por enviar-me cópias de artigos seus a publicar, e agradeço a Sian Jones por fornecer-me uma cópia de sua tese de doutorado antes da publicação. Também sou muito grato a Christina Unwin pelo trabalho editorial deste capítulo e pelas discussões de várias idéias. David Breeze ajudou-me a formular algumas de minhas interpretações sobre os imperialismos romano e britânico. Steve Dickinson chamou minha atenção para os comentários de Haverfield sobre o forte romano de Ambleside, e Phil Freeman alertou-me para uma série de referências adicionais citadas neste capítulo. Lesley Macinnes e John Barrett fizeram comentários do primeiro esboço deste texto. Sian Jones também deu sugestões sobre o texto e incrementou os argumentos em muitas passagens.

Bibliografia Citada

Ashcroft, B., Griffiths, G. and Tiffin, H. 1989 *The Empire Writes Back: theory and practice in post-colonial literatures*. Londres.

Baden-Powell, R.S.S. 1908 *Scouting for Boys*. Londres.

Barrett, J. 1989 ‘Afterword: render unto Caesar’, in Barrett, J., Fitzpatrick A.P. and Macinnes, L. (eds.) *Barbarian and Roman in North-West Europe: from the Late Republic to Late Antiquity*: 234-41. British Archaeological Reports, International Series No.471. Oxford.

Betts, RF 1971 ‘The Allusion to Rome in British Imperial thought in the late nineteenth and early twentieth centuries’, *Victorian Studies* 15: 149-59.

Bowler, P.J. 1989 *The Invention of Progress: the Victorians and the Past*. Oxford.

Brunt, P.A. 1964-5 ‘Reflections on British and Roman Imperialism’, in *Comparative Studies in Society and Literature*, 7: 267-88.

Lord Bryce, 1914 *The Ancient Roman Empire and the British Empire in India: the diffusion of Roman and English Law throughout the World*. Oxford.

Chapman, M. 1982 ‘Semantics and the “Celt”’, in Parkin, D (org.) *Semantic Anthropology*: 123-44. Londres.

Churchill, W. 1899 *The River War: an account of the reconquest of Soudan* (republished 1933). Londres.

Earl of Cromer 1910 *Ancient and Modern Imperialism*. Londres.

Cross, C. 1968 *The Fall of the British Empire, 1918-1968*. Londres.

Fabian, J. 1983 *Time and the Other*. Londres.

Fanon, F. 1961 *The Wretched of the Earth*. Londres.

Freeman, P. 1991 ‘The study of the Roman period in Britain: a comment on Hingley’, *Scottish Archaeological Review*, 8: 102-4.

Freeman, P. 1993 ‘Romanisation’ and Roman material culture’, *Journal of Roman Archaeology*, 6: 438-45.

Freeman, P. 1996 ‘British Imperialism and the Roman Empire’, in J. Webster and N. Cooper (eds.) *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester Archaeological Monographs No. 3. Leicester: 19-34.

Freeman, P. forthcoming ‘Roman Imperialism and the archaeology of the Roman Empire: Haverfield and Collingwood’, palestra apresentada no Congresso *An Exemplary Empire? British and French Perspectives on Rome*. University of Bristol, Novembro 1994.

Garnsey, P. 1978 'Rome's African Empire under the Principate', in Garnsey, P. and Whitaker, C. (eds.) *Imperialism in the Ancient World*: 223-54. Cambridge.

Garnsey, P. and Saller, R. 1987 *The Roman Empire: economy, society and culture*. Londres.

Hanson, W.S. 1994 'Dealing with barbarians: the romanization of Britain', in Vyner, B. (org.) *Building on the Past*: 149-63. Royal Archaeological Institute, Londres.

Harris, J. 1993 *Private Lives, Public Spirits: Britain 1870-1914*. Londres.

Haverfield, F. 1906 'The Romanization of Roman Britain', *Proceedings of the British Academy*, 2, 185-217.

Haverfield, F. 1911 'An inaugural address delivered before the First Annual General Meeting of the Society', *Journal of Roman Studies*, 1: xii-xx.

Haverfield, F. 1913-4 'Professor Haverfield', in Haverfield F. and Collingwood, R.G. 'Report on the Exploration of the Roman fort at Ambleside' *Transactions of the Cumberland and Westmorland Antiquarian and Archaeological Society* 2: 433-65.

Haverfield, F. 1915 *The Romanization of Roman Britain* (3ª edição). Oxford.

Hewison, R. 1987 *The Heritage Industry: Britain in a climate of decline*. Londres.

Hingley, R. 1989 *Rural Settlement in Roman Britain*. Londres.

Hingley, R. 1991 'Past, present and future - the study of the Roman period in Britain', *Scottish Archaeological Review*, 8: 90-101.

Hingley, R. 1995 'Britannia, origin myths and the British Empire', in Cottam, S, Dungworth, D, Scott, S and Taylor, J. (eds.) TRAC 94: Proceedings of the fourth annual Theoretical Roman Archaeology Conference: 11-23. Oxford.

Hingley, R. forthcoming 'Resistance, co-operation and coercion: the native viewpoint', in Mattingly, D. (org.) *Dialogues in Roman Imperialism*. Journal of Roman Archaeology.

Hobsbawn, B. and Ranger, T. (eds.) 1983 *The Invention of Tradition*. Cambridge.

Hodder, I. (org.) 1991 *Archaeological Theories in Europe: the last three decades*. Londres.

Hynes, S. 1968 *The Edwardian Turn of Mind* (2ª edição 1991). Londres.

Jenkyns, R. 1980 *The Victorians and Ancient Greece*. Oxford.

Jenkyns, R. 1992 'The legacy of Rome', in Jenkyns, R (org.) *The Legacy of Rome: a new appraisal*: 1-36. Oxford.

Jones, R. 1987 'The archaeologists of Roman Britain', *Bulletin of the Institute of Archaeology of London*, 24: 85-97.

Jones, R. 1991 'Cultural change in Roman Britain', in Jones, R. (org.) *Roman Britain: Recent Trends*: 115-20. Sheffield.

Jones, S. 1994 *Archaeology and ethnicity: constructing identities in the past and present*. Tese de doutorado, Departamento de Arqueologia, University of Southampton.

Keynes, S.A. and Lapidge, M. 1983 'Introduction', *Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*. Londres.

Laurence, R. 1994 'Modern Ideology and the creation of Ancient Town Planning' *European Review of History* 1: 9-18.

Layton, R. (org.) 1989 *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. Londres.

Lowenthal, D. 1985 *The Past is a Foreign Country*. Cambridge.

Lucas, C.B. 1912 *Greater Rome and Greater Britain*. Oxford.

MacDougal, H.A. 1982 *Racial Myths in English History: Trojans, Teutons and Anglo-Saxons*. Londres

Mackenzie, J.M. 1984 *Propaganda and Empire: the manipulation of British public opinion 1880-1960*. Manchester.

Mason, P. 1982 *The English Gentleman: the rise and fall of an ideal*. Reprinted 1993. Londres.

Majeed, J. forthcoming 'Comparativism and allusions to Rome in British Imperial attitudes to India', paper presented at conference *An Exemplary Empire? British and French Perspectives on Rome*. University of Bristol, Novembro 1994.

MaGuire, R. and Paynter, R. (eds.) 1991 *The Archaeology of Identity*. Oxford.

Millett, M. 1990a *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge.

Millett, M. 1990b 'Romanization: historical issues and archaeological interpretations', in Blagg, T. and Millett, M. (eds.) *The Early Roman Empire in the West*: 35-41. Oxford.

- Mills, E.E. 1905 [Anon] *The Decline and Fall of the British Empire*. Oxford.
- Paynter, R. and McGuire, R. 1991 'The Archaeology of inequality: material culture, dominance and resistance', in McGuire, R. and Paynter, R. (eds.) *The Archaeology of Identity*: 1-27. Oxford.
- Piggott, S. 1975 *Ruins in a Landscape: essays in Antiquarianism*. Edinburgh.
- Potter, T. 1986 'A Roman Province: Britain AD 43-410', in Longworth, I. and Cherry, J. (orgs.) *Archaeology of Britain since 1945*: 73-118. Londres.
- Reynolds, D. 1991 *Britannia overruled: British policy and world power in the 20th century*. Harlow.
- Rubertone, P.B. 1989 'Archaeology, colonialism and 17th-century Native America: towards an alternative interpretation', in Layton, R. (org.) *Conflict in the Archaeology of living traditions*: 32-45. Londres.
- Ruffhead, O. 1757 *Monthly Review*, 17: 339-40.
- Said, E.W. 1978 *Orientalism*. Londres.
- Said, E.W. 1993 *Culture and Imperialism*. Londres.
- Slemon, S. 1994 'The scramble for post-colonialism' in Tiffin, C. and Lawson, A. (eds.) *Describing Empire: post-colonialism and textuality*: 15-32. Londres
- Spivak, G.C., 1993 [1988] 'Can the Subaltern Speak?' in Williams, P. and Chrisman, L. (eds.), *Post-colonial Theory: A reader*: 66-111. Londres.
- Spurr, D. 1993 *The Rhetoric of Empire: colonial discourse in journalism, travel writing and imperial administration*. Londres.
- Stobart, J.C. 1912 *The Grandeur that was Rome: a survey of Roman Culture and Civilization*. Londres.
- Thomas, N. 1994 *Colonialism's Culture: anthropology, travel and government*. Oxford.
- Turner, F. 1981 *The Greek Heritage in Victorian Britain*. Nova Haven.
- Turner, F. 1989 'Why the Greeks and not the Roman in Victorian Britain', in Clarke, G.W. (org.) *Rediscovering Hellenism: The Hellenistic Inheritance and the English Imagination*: 61-83. Cambridge.
- Webster, G. 1978 *Boudica and the British revolt against Rome*. Londres.
- Wilson, P. 1989 "'High Pindaricks upon stilt.'" a case-study in the eighteenth century classical tradition' in Clarke, G.W. (org.) *Rediscovering Hellenism: The Hellenistic Inheritance and the English Imagination*: 23-41. Cambridge

- Woolf, G. 1992 'The unity and diversity of Romanisation', *Journal of Roman Archaeology*, 5: 349-52.
- Yates, F.A. 1975 *Astrea: the imperial theme in the sixteenth century*. Londres